

MUSEU DE ARQUEOLOGIA DE ITAIPU



Presidenta da República

Dilma Roussef

Ministra da Cultura

Marta Suplicy

Presidente do Instituto Brasileiro de Museus

Angelo Oswaldo de Araújo Santos

Chefe de Gabinete

Eneida Braga Rocha Lemos

Diretor do Departamento de Processos Museais

João Luiz Domingos Barbosa

Diretora do Departamento de Difusão, Fomento e Economia de Museus

Ena Elvira Colnago

Diretor Interino do Departamento de Planejamento e Gestão Interna

Emerson José de Almeida Santos

Coordenadora Geral de Sistemas de Informação Museal

Rose Moreira de Miranda

Procuradora-chefe

Eliana Alves de Almeida Sartori

MUSEU DE ARQUEOLOGIA DE ITAIPU



Coleção Museus do IBRAM

Projeto editorial

Cláudia Storino

Supervisão Museológica

Mário Chagas

Coordenação Editorial

Álvaro Marins

Chefe da Divisão de Pesquisa

Sandro dos Santos Gomes

Redação e Pesquisa Iconográfica

Eneida Queiroz, Daniel Martinez de Oliveira, Maria De Simone Ferreira e Pedro Colares Heringer

Assistência Editorial

Marijara Queiroz, André Amud Botelho, Sandro dos Santos Gomes, Vitor Rogério Oliveira Rocha

Estagiária

Sabrina Beserra

Revisão

Flora Maravalhas

Projeto Gráfico

Casa 8, Gustavo Sousa

Ficha elaborada pelo Centro Nacional de Estudos e Documentação da Museologia em 25/9/2013.

Diagramação e Paginação

Gustavo Sousa e Isabela Borsani

Diretor Interino do Museu de Arqueologia de Itaipu

Pedro Colares Heringer

Equipe técnica do Museu de Arqueologia de Itaipu

Daniel Martinez de Oliveira, Fábio Bastos Cordeiro, Flávio Silveira Almeida, Heloísa Helena Leal Mendes Magalhães, Maria Luíza Candido Silva, Mirela Leite de Araújo, Patricia Dolub, Pedro Colares Heringer, Stelvio Henrique Figueiró da Silva, Vítor Luiz Silva de Almeida e Bárbara Deslandes Primo.

Endereço

Instituto Brasileiro de Museus - Ibram
Setor Bancário Norte, Quadra 02, Lote 08,
Bloco N, 13o andar.
Brasília/DF
CEP: 70040-020

Telefone: + 55 (61) 3521-4420

www.museus.gov.br

159 Instituto Brasileiro de Museus.
Museu de Arqueologia de Itaipu / Eneida Queiroz ... [et al.] – Brasília,
DF : Ibram, 2014.
86p. : il. ; 14 cm. – (Museus dos Ibram)
Número ISBN:
978-85-63078-29-2
1. Museus. 2. Museologia. 3. Arqueologia I. Instituto Brasileiro de
Museus. II. Museu de Arqueologia de Itaipu. III. Eneida Queiroz. IV. Título.

Apresentação: A Coleção dos Museus

O Instituto Brasileiro de Museus – IBRAM, autarquia do Ministério da Cultura criada em 2009, alcança mais uma meta fundamental ao lançar esta série de publicações. A Coleção Museus do IBRAM visa ampliar a divulgação do patrimônio cultural sob a guarda de nossas unidades museológicas, oferecendo ao público um novo contato com referências marcantes da história e da arte do Brasil. Cada livro resultará em ações que promovam o estudo, a preservação e a valorização dos notáveis acervos focalizados.

Haverá um livro próprio para cada Museu do IBRAM, a fim de registrar sua história, a localidade na qual se insere, a comunidade de que faz parte e a temática abordada, como ainda seus personagens principais e os possíveis percursos de visita. Os textos se destinam a um público diverso, de acordo com a proposta de pequenos volumes informativos. São ilustrados com fotos do acervo, incluindo mapas e plantas.

A abertura acontece com o Museu de Arqueologia de Itaipu/Ibram/MinC, localizada em Itaipu, na faixa oceânica de Niterói, Rio de Janeiro. É um museu que documenta vestígios da ocupação humana pré-histórica da região, e está instalado nas ruínas de um dos primeiros conventos erguidos no litoral fluminense. A comunidade residente no entorno se faz presente nas ações educativas multidisciplinares, em especial as que se ligam ao ecodesenvolvimento. Itaipu evoca o passado em diálogo com a vida que passa à sua volta, entre o mar, o sol, a aldeia de pescadores e a montanha.

Angelo Oswaldo de Araújo Santos

Presidente do Ibram/MinC

PALAVRA DO MUSEU

Há mais de sete mil, anos um grupo de habitantes da terra que um dia viria a se chamar Brasil escolheu um lugar muito especial para viver. As pesquisas arqueológicas mais recentes apontam para a abundância de recursos naturais como o fator mais provável para a escolha, mas o pôr-do-sol mais bonito da região certamente tornou essa decisão um pouco mais fácil. Quem passa por Itaipu, na Região Oceânica de Niterói - RJ, não faz ideia dos tesouros ali escondidos.

Criado em 1977, o Museu de Arqueologia de Itaipu (MAI) tem a missão de comunicar aos seus visitantes o valor do patrimônio cultural e ambiental da região. O MAI pretende, então, dar conta de informar sobre a riqueza arqueológica da região - desde os sítios pré-históricos até as ruínas do antigo Recolhimento de Santa Teresa, onde o museu está instalado -, sobre os costumes e tradições das comunidades pesqueiras que vivem em seu entorno e sobre as relações que estas comunidades estabeleceram, ao longo dos anos, com o meio-ambiente em que habitam. Missão nada fácil, tendo em vista as dificuldades orçamentárias encontradas por grande parte dos museus públicos brasileiros.

Com a criação do Ibram, aqueles museus antigamente chamados de “Museus Regionais” têm tido os recursos necessários para se desenvolverem, de modo a melhor atender, não só os turistas e os visitantes de fora, mas principalmente aqueles que vivem no entorno dessas instituições. Se antes o MAI lutava para manter as portas abertas, agora luta para divulgar o patrimônio cultural e ambiental da região, garantindo assim o direito à memória dos que ali vivem.


Neste sentido, a Coleção Museus do Ibram configura-se como uma valiosa ferramenta para a divulgação do MAI, fazendo com que cada vez mais pessoas possam ter contato com as ações de pesquisa, preservação e comunicação nele desenvolvidas.

Pedro Colares Heringer

Diretor Interino do Museu de Arqueologia de Itaipu

SUMÁRIO

1) ABERTURA	15
2) O TEMPO E O VENTO	17
— Ocupação humana em Itaipu: dos sambaquis aos dias de hoje	17
— Parque Estadual da Serra da Tiririca: uma parceria socioambiental	36
3) O MUSEU	45
— As ruínas e o museu	45
— Histórico do museu	48
— A missão do museu	51
— Exposição do museu	52
4) O ACERVO MUSEOLÓGICO	58
— Descrição dos Blocos Testemunho	65
5) SERVIÇOS DO MUSEU	66
— Práticas educacionais e culturais	66
— Atendimento à pesquisa	71
6) VISITAÇÃO DO MUSEU DE ARQUEOLOGIA DE ITAIPU	72
7) VISITE TAMBÉM	73
— O entorno do museu	73
— Lugares relacionados ao Museu de Arqueologia de Itaipu	77
8) OBSERVAÇÕES FINAIS	83
9) BIBLIOGRAFIA	84



“Vai a onda
Vem a nuvem
Cai a folha
Quem sopra meu nome?”

(Chico Buarque, *A ostra e o vento*)



CAPELA DO ANTIGO
RECOLHIMENTO DE
SANTA TERESA.

1) ABERTURA

O mar encontra-se com o céu no horizonte; os pés encontram-se com a areia branca da praia; e o visitante do Museu de Arqueologia de Itaipu encontra-se com o tempo. A brisa marítima e a beleza do relevo encantam o visitante desse intrigante museu localizado na região oceânica de Niterói.

É um museu praiano, a poucos metros das ondas, e que guarda, preserva e divulga vestígios da ocupação humana pré-histórica na região, sem, no entanto, descuidar da comunidade atual. Afinal, o Museu de Arqueologia de Itaipu foi criado a partir da solicitação dessa mesma comunidade de pescadores, ainda em meados do século XX. Abrigado nas ruínas do antigo Recolhimento de Santa Teresa, esse museu estrutura-se em relação direta e integradora com seu entorno, promovendo atividades que extrapolam as convencionais exposições intramuros e se estendem aos sítios arqueológicos da região e ao Parque Estadual da Serra da Tiririca.

Conheça as ruínas, o museu, seu acervo, sua história e suas relações com a comunidade e o meio ambiente que o rodeiam. Visite o Museu de Arqueologia de Itaipu.



Frederico Wanis

PESCADORES DA COLÔNIA Z – 7 na Praia de Itaipu.

2) O TEMPO E O VENTO

OCUPAÇÃO HUMANA EM ITAIPU: DOS SAMBAQUIS AOS DIAS DE HOJE

Antes.

Antes dos indianistas Villas Boas desbravarem os sertões do Brasil em busca de tribos sem contato com os homens brancos, antes do Império do Brasil, antes do período colonial, antes de Cabral e Colombo, antes mesmo de inúmeras gerações indígenas que nem sonhavam com os europeus: o litoral brasileiro era ocupado por grupos humanos conhecidos como povos sambaquieiros.

Os vestígios desses povos que viveram na costa brasileira remontam a até 8.000 anos. É muito mais tempo de existência do que os já conhecidos “500 anos de Brasil”. Essa presença humana tão antiga e tão longeva foi comprovada por meio de aglomerados de conchas e ossos que formavam amontoados de variados tamanhos, alguns chegando a trinta metros de altura. Esses montes foram chamados de “sambaquis”, que em língua tupi quer dizer “amontoado de conchas”. Nesses montes, além de pontas de flechas, pedras polidas, conchas, restos de fogueiras e espinhas de peixes, também foram encontradas ossadas humanas, pois algumas áreas dos sambaquis abrigavam locais de sepultamento.

Os povos sambaquieiros são a nossa pré-história litorânea. Se no interior do Brasil – como na Serra da Capivara, no Piauí – populações pré-históricas fizeram belas pinturas rupestres, no litoral os povos de “antes” marcaram sua presença com sambaquis. E assim são os homens, eles interferem na natureza e na paisagem. Seja como hoje, fazendo estradas e prédios; seja como “antes”, com pinturas rupestres e aglomerados de conchas a formar montes.

De onde vieram esses povos sambaquieiros? Como chegaram ao mar? Quando chegaram a essa região? Essas são perguntas para as quais os pesquisadores e cientistas possuem muitas teorias e poucas certezas. Para tentar respondê-las, deveríamos antes nos perguntar: quando os homens chegaram ao continente americano? Desde quando existe presença humana na América e, mais especificamente, na área que hoje chamamos de Brasil? As polêmicas sobre a origem, por qual rota, de que forma e principalmente quando o homem teria chegado à América, ensejam acirrados debates dentro da comunidade científica até hoje.

Seriam os homens americanos autóctones dessa região? Essa é uma hipótese improvável, pois aqui nunca foram achados esqueletos anteriores ao *Homo sapiens sapiens*, como na África, na Europa e na Ásia.

Portanto, as correntes teóricas que defendem que grupos humanos teriam migrado de outros continentes para a América são mais aceitas. E são muitas as teorias migratórias! Nossos primeiros habitantes seriam polinésios e australianos que vieram navegando? Seriam asiáticos, da região da Mongólia, que teriam vindo caminhando pelas pontes glaciais na última era do gelo? Houve um único momento migratório ou várias migrações, em diferentes períodos, de diferentes povos e miscigenação entre eles?

E quando chegaram? Novas pesquisas, como as da arqueóloga Niède Guidon na Serra da Capivara, apontam que talvez já existissem humanos no território brasileiro há cinquenta mil anos. Períodos não tão antigos são mais aceitos pela comunidade científica, como trinta ou vinte mil anos de existência humana na América. Aqueles que defendem que o primeiro grupo migratório teria chegado pelo Estreito de Bering, na última glaciação, abarcam um período entre doze mil anos e no máximo vinte mil anos atrás. O pico de glaciação de nossa última era do gelo ocorreu por volta de dezoito mil anos atrás. A consequência desse congelamento foi o rebaixamento do nível dos mares devido à retenção de água nos polos para formar gelo. O mar se afastou da linha das praias, expondo grandes extensões de terra e ligando ilhas e

continentes entre si, formando as chamadas pontes terrestres. Uma dessas pontes teria sido o Estreito de Bering, que ligaria a Sibéria (na Ásia) ao Alasca (na América). Coberta de gelo e neve, mas possível de ser percorrida a pé em decorrência do recuo do mar, essa teria sido a passagem usada pelos grupamentos humanos para aqui chegar até uns onze ou dez mil anos atrás; quando a glaciação voltou a recuar em virtude do aquecimento da Terra, e os níveis dos mares voltaram a se elevar.

É apenas uma hipótese. Certeza mesmo, há apenas os achados arqueológicos que comprovam que, no mínimo há doze mil anos, o homem estava presente na América. No período de dez mil anos em diante, segundo informações arqueológicas provenientes de sítios por todo o continente, é incontestável a presença de um grande contingente populacional.

Entre eles estavam os nossos povos sambaquieiros, presentes no litoral brasileiro (como comprova o sítio arqueológico Duna Grande na praia de Itaipu) há pelo menos oito mil anos! Os pesquisadores acreditam que os humanos possam ter construído sambaquis ainda mais antigos, mas a ausência de vestígios arqueológicos que ultrapassem quinze mil anos provavelmente decorre da dinâmica das feições litorâneas. Ou seja, alguns sambaquis podem estar submersos, em vir-



DUNA GRANDE DE ITAIPU, monumento símbolo da arqueologia pré-histórica brasileira.



Hilton Leberichon

DETALHE DA SUPERFÍCIE DO
SÍTIO DUNA GRANDE.



Ricardo Bhering / Acervo do Museu de Arqueologia de Itaipu

BLOCO TESTEMUNHO DO SAMBAQUI DE CAMBOINHAS.
Ossada incompleta de mamífero aquático,
ladeada por artefatos líticos.

tude do aumento do nível dos mares, pois a Terra e suas massas de água são um ambiente plástico em constante mutação. Como se vê, o Museu de Arqueologia de Itaipu nos faz perguntar sobre quem somos e de onde viemos. É, portanto, um lugar tanto de conhecimento quanto de mistério, de algumas respostas e de muitas perguntas. Um lugar intrigante e curioso que merece ser conhecido.

Os sambaquis se espalham por todo o litoral brasileiro e também por outras regiões do mundo. Foram encontrados sambaquis no litoral do Chile, dos Estados Unidos e do Canadá, da Noruega e do Japão, e até mesmo no baixo Amazonas. No Brasil, os sítios arqueológicos sambaqueiros mais importantes estão localizados no litoral sul de Santa Catarina. Lá estão os mais antigos e bem preservados sambaquis do país; nas cidades de Laguna e Jaguaruna existem quarenta e dois sambaquis dos mais diversos tamanhos e alturas. São tantos vestígios dessas populações nesse estado, que lá foi criado o Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville.

Ainda não há consenso entre os pesquisadores sobre as razões e as formas pelas quais esses sambaquis foram edificados. Teriam sido construídos intencionalmente, com o propósito de formar montes e interferir na paisagem? Ou simplesmente um acúmulo milenar dos restos de seus

alimentos e práticas sociais? Embora pouco se saiba sobre as características estruturais e funcionais dos sambaquis, as novas pesquisas afirmam que eles são estruturas intencionalmente construídas, um produto deliberado de sociedades demograficamente expressivas e com padrões de organização social complexos. É possível que algum tipo de chefia comandasse ações socialmente coordenadas, tais como a coleta maciça dos moluscos, bem como a construção de uma “arquitetura sambaqueira”.

Os povos sambaqueiros (já descritos como nômades ou seminômades) foram, na realidade, povos sedentários, que viviam basicamente da pesca, tanto marítima quanto fluvial. Por esse motivo, grande parte dos sambaquis está localizada em regiões de baía, próximos ao deságue de rios. Esses grupos humanos provavelmente complementavam sua alimentação com mariscos, vegetais e caça. Eles também desenvolveram o artesanato e a escultura e trabalharam com pedra polida. A “não casualidade” dos sambaquis implica o sedentarismo, a intenção de morar naquele lugar; o que também vem sendo comprovado por estudos químicos de seus ossos.

As pesquisas indicam que os povos do litoral fluminense viviam em cima desses montes e enterravam seus mortos em seu interior. Já

em sambaquis de Santa Catarina, a maioria parece ter sido edificada unicamente com propósitos funerários. Embora haja algumas peculiaridades dos sambaquis nas diferentes regiões do Brasil, de maneira geral, o que chama a atenção é a homogeneidade tipológica do trabalho com as pedras e com os ossos, assim como a estrutura desses sítios arqueológicos, revelando uma grande semelhança cultural desses povos no tempo e no espaço.

Por que desapareceram esses povos que ocuparam a região por milhares de anos? Muito se especula sobre o fim dos povos sambaqueiros. Acredita-se que os últimos sambaquis abrigaram “agrupamentos” humanos até dois mil ou mil e quinhentos anos atrás. Se o visitante fizer uma comparação espaço-temporal, concluirá que quando os povos sambaqueiros brasileiros começaram a desaparecer, o Império Romano também estava em sua derrocada final. Mas os povos sambaqueiros foram muito mais longevos que os romanos.

Quais razões fizeram desaparecer esses povos do vento, do mar e das conchas? A primeira hipótese é a morte pelo contato com outras culturas, como a dos índios tupis e guaranis, vindos do interior do território e que se estabeleceram no litoral brasileiro. Talvez tenha havido lutas entre os índios, que nós conhecemos até hoje, e os povos samba-

quieiros. A outra hipótese, mais amena, é que o contato com os grupos indígenas tenha promovido miscigenação e trocas culturais entre os sambaquieiros e os índios. Os descendentes desses mesmos índios, que exterminaram ou se misturaram aos sambaquieiros, viram a chegada dos colonizadores portugueses no ano de 1500. Esses mesmos índios também foram exterminados e misturados aos portugueses, além de outros povos (europeus, africanos e asiáticos); e aqui estamos nós, filhos do extermínio e da miscigenação, dando continuidade à linhagem dos *Homo sapiens sapiens* e esperando que a era dos extermínios tenha chegado ao fim.

Restos de alimentos, conchas e ossos, empilhados ao longo do tempo, foi o que restou desses povos. Sofreram a ação das intempéries e passaram por uma fossilização. Essa fossilização ocorreu majoritariamente pela ação da chuva, que deformou as estruturas dos ossos e conchas enterrados, difundindo o cálcio dos mesmos e petrificando detritos e ossadas humanas que ali estavam. A fossilização impediu a decomposição dos ossos e artefatos humanos, permitindo que hoje eles sejam estudados. Por serem formações calcárias, a maior parte dos sambaquis que existiam no Nordeste do Brasil foram destruídos pela

retirada de cal, usado nas construções das casas até meados do século XX. A lei federal 3.925 proibiu essa prática, tornando os sítios arqueológicos patrimônios da União.

Porém, por estarem em regiões praianas, os sambaquis são ameaçados pela construção civil, que privilegia os terrenos valorizados da costa brasileira. Ademais, turistas e usuários das praias também danificam esses sítios arqueológicos, quando fazem passeios de bugres e motos sobre os montes ou recolhem conchas e ossos do local. Portanto, a conscientização sobre a importância dos sambaquis é primordial para sua preservação. Nesse sentido, a existência do Museu de Arqueologia de Itaipu auxilia na conscientização de moradores e turistas, principalmente pelo trabalho educativo que promove.

E hoje, quem ocupa Itaipu? Como vimos, a ocupação da região por comunidades pesqueiras é milenar. Por vezes pouco habitada, por vezes vazia e selvagem, por vezes mais ocupada, passaram-se os séculos e a presença do mar ditou a atividade principal da região. Primeiro os povos sambaquieiros; depois os índios; posteriormente os brasileiros filhos de portugueses, de índios, de negros, de espanhóis, de italianos, etc.

No litoral do Rio de Janeiro, as comunidades pesqueiras nascidas da miscigenação de brancos de origem portuguesa com grupos indí-

genas pescadores, por volta do século XVI, são chamados de caiçaras. “Caiçara” é uma palavra de origem tupi, que se refere aos habitantes das zonas litorâneas. Inicialmente designava os indivíduos que viviam da pesca de subsistência, mas hoje o termo caiçara também designa diversos itens da cultura litorânea brasileira.

No século XVIII, quando as terras de Niterói, na região de Itaipu, tinham tão somente fazendas de cana de açúcar, comunidades pescadoras e pequenos comerciantes à beira mar, foi construída uma instituição religiosa bem próxima à praia de Itaipu. Na verdade tratava-se de um “recolhimento de mulheres”, o Recolhimento de Santa Teresa. Esse recolhimento foi fundado em 1764, pelos padres Manuel Francisco da Costa e Manuel da Rocha, e sua finalidade era abrigar mulheres que, por diversas razões, eram enviadas para este local: órfãs, prostitutas arrependidas, mulheres que haviam engravidado ou mantido romances antes do matrimônio, viúvas, ou mesmo aquelas que eram ali instaladas por seus pais ou maridos quando esses saíam em viagem.

Construído em um local ermo, cercado pelo mar e pela serra coberta de Mata Atlântica, o recolhimento parece ter sido um local de encarceramento de mulheres consideradas “deslocadas” ou “marginais” na sociedade patriarcal do período colonial.



PESCA EM ITAIPU. Passaram-se os séculos e a presença do mar ditou a atividade principal da região.



Frederico Wanis

BARCO DE PESCA NA PRAIA DE ITAIPU.

Segundo Helena Vieira de Souza, o recolhimento, anteriormente, teria sido uma capela erguida em 1721. Essa capela era ligada à Igreja de São Sebastião de Itaipu, construída em 1716 não muito longe dali. E só teria passado a recolher mulheres em 1764.

A vida não deve ter sido fácil para essas mulheres, como revela o caso de Fortunata Maria da Conceição. Ela estava movendo um processo de divórcio contra seu marido, que em contrapartida a acusava de prostituição. Foi instalada em Itaipu pelo marido e, não se sabe como, conseguiu fugir do Recolhimento de Santa Teresa em 1809. Será que Fortunata se atirou ao mar e nadou até um barco próximo da costa? Será que Fortunata se embrenhou pelas trilhas da mata e conseguiu chegar à outra praia para alcançar algum barco? Será que se escondeu em fazendas da região? Visitar o Museu de Arqueologia de Itaipu também é olhar para aqueles muros e pensar naquelas mulheres.

As paredes do recolhimento foram feitas a partir de uma técnica desenvolvida pelos colonos portugueses, que consistia em misturar conchas dos sambaquis, pedras e óleo de baleia. No período colonial brasileiro, essas “formações calcárias” eram gradativamente destruídas para construir conventos, habitações, fortalezas, armazéns e o que mais fosse necessário para a época.

De acordo com a documentação histórica sobre o prédio e seu funcionamento, encontrada na Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro e no Arquivo Nacional, há relatos de que nas primeiras décadas do século XIX, as recolhidas e o estabelecimento já se encontravam em estado de “pobreza franciscana”. Em 1833, o prédio encontrava-se vazio, e o então vigário João de Moraes e Silva determinou que o local servisse como asilo para menores. A partir dessa última informação, não se tem mais documentos que mencionem o Recolhimento de Santa Teresa de Itaipu, havendo, portanto, um hiato na pesquisa histórica da instituição durante o restante do século XIX.

Sabe-se que, abandonado desde finais do século XIX, o prédio passou a ser ocupado no século XX por pescadores da região que passaram a habitá-lo e a utilizá-lo como espaço para tingimento das redes de pesca. Paralelamente, foi se formando uma aglomeração de residências de pescadores e comerciantes no entorno das ruínas. Em 1921, foi oficialmente criada a colônia da Vila de Pescadores de Itaipu (hoje Colônia de Pescadores Z-7).

Atualmente, a área do recolhimento tinha uma proprietária legal, que não era mais a Igreja, e sim a Companhia Territorial Itaipu, responsá-

vel pela urbanização do bairro e que se encontrava descontente com o que entendia ser uma “invasão” de suas áreas.

Niterói, município onde se localiza Itaipu, sempre teve duas regiões bem marcadas. Uma região central, com bairros banhados pela Baía de Guanabara, como Icaraí, São Francisco, Charitas, Centro e uma região mais longínqua, formada pelos bairros da região oceânica, que hoje se chamam Piratininga, Cambinhas, Itaipu e Itacoatiara.

Em 1944, um decreto-lei chegou a dividir o município de Niterói em dois distritos. O primeiro distrito chamava-se Niterói e o segundo distrito (menos povoado e menos urbanizado) chamava-se Itaipu. Por vias terrestres, era difícil chegar à região oceânica, pois morros e montanhas dificultavam o acesso numa época de poucas estradas e poucos caminhos para a região. No entanto, na praia de Itaipu seguia vivendo uma comunidade de pescadores, aquela mesma que passou a ocupar as ruínas do Recolhimento de Santa Teresa.

Com o contínuo crescimento urbano e populacional de Niterói, o interesse imobiliário cresceu em direção à Região Oceânica. A década de 1940 parece ter sido um período de grandes mudanças urbanísticas na cidade. Em 1944 foi elaborado o Plano de Urbanização das Regiões Litorâneas de Itaipu e Piratininga, que, apesar de não ter sido im-

plantado, estimulou muitas empresas a investir na região. Em 1945 foi aprovado o maior loteamento da época, o Cidade Balneária de Itaipu.

Em 1946, o Departamento Nacional de Obras e Saneamento abriu um canal de ligação entre a Lagoa de Piratininga e a Lagoa de Itaipu, o Canal de Camboatá, com o intuito de evitar o transbordamento que ocorria nas áreas marginais às lagoas. Seguiram as décadas de 1950, 1960 e 1970, e as mudanças continuavam: algumas estradas, ruas, casas e condomínios foram construídos.

É provável que a comunidade de pescadores tenha se sentido ameaçada diante das modificações pelas quais a região passava. Suas casas à beira mar seriam tomadas pela especulação imobiliária? Seus costumes e formas de vida seriam apagados pelos novos habitantes de Itaipu? As ruínas do antigo recolhimento seriam derrubadas? O patrimônio arqueológico seria destruído para a construção de algum prédio?

Essa ativa comunidade de pescadores (a Colônia de Pescadores Z-7) reconheceu a importância histórica que as ruínas do Recolhimento de Santa Teresa possuem para a valorização simbólica da região e para sua legitimação na ocupação da área. Assim, clamaram pela preservação das ruínas e pela constituição de um museu no local ainda na década de 1940.

As ruínas do recolhimento foram inscritas no Livro de Tombo de Belas Artes em 1955. Com esse tombamento histórico, a comunidade que habitava o interior do prédio foi removida do local e passou a habitar em seu entorno, junto aos demais pescadores. Em 1977, foi criado o Museu de Arqueologia de Itaipu nas ruínas do recolhimento. A galeria de exposições funciona em sua antiga capela. Nesse processo de constituição do museu, teve muita importância a ação de um fiscal de pesca morador da localidade. Era Hildo de Mello Ribeiro, que costumava andar pela região oceânica de Niterói, recolhendo ossos humanos, flechas, pedras polidas e conchas. Mesmo sem dominar métodos científicos para coletar os vestígios, ele formou uma grande coleção.

A Coleção Hildo de Mello Ribeiro foi incorporada ao acervo do Museu de Arqueologia de Itaipu e Hildo chegou a ser reconhecido pelo Patrimônio Histórico como arqueólogo-amador, com suas credenciais outorgadas por Rodrigo Melo Franco de Andrade, um dos nomes mais importantes dessa instituição! Saberemos mais sobre a história de criação do museu no tópico 3, “O Museu”.

PARQUE ESTADUAL DA SERRA DA TIRIRICA:
UMA PARCERIA SOCIOAMBIENTAL

Itaipu é uma região belíssima, com vista para a paisagem da cidade do Rio de Janeiro e rodeada pela exuberância do Parque Estadual da Serra da Tiririca. Assim como o museu, o parque foi criado por aclamação popular, numa ação da comunidade que tentava preservar a memória e o caráter identitário de seu entorno. É uma unidade de conservação localizada entre os municípios de Maricá e Niterói, criada em 1991, com o intuito de proteger a Mata Atlântica, preservando sua cobertura vegetal, as nascentes dos rios e sua fauna.

A Serra da Tiririca leva esse nome em decorrência de uma antiga passagem de tropas de burros pelo caminho das tiriricas, uma planície da região. Em 1992, o parque foi declarado reserva mundial da biosfera pela UNESCO. Ele abrange vários morros: como o Morro das Andorinhas em Itaipu, o Alto Mourão, o Costão de Itacoatiara, a Pedra do Elefante, entre outros, além da Duna Grande. O parque também pretende abranger as ilhas Pai, Mãe e Menina, que ficam ao fundo de Itaipu, de onde os sambaquieiros possivelmente retiravam mariscos há milhares de anos.

A Serra da Tiririca foi visitada pelo naturalista Charles Darwin, em abril de 1832. Na ocasião, ele escreveu em seu diário: “Depois de passarmos por alguns campos cultivados, entramos em uma floresta cuja magnificência não podia ser superada”. Esses campos cultiváveis eram, provavelmente, as fazendas de cana-de-açúcar e de café. Biólogos dizem que boa parte da Serra da Tiririca foi devastada no século XIX para a plantação de café, mas o declínio da produção permitiu que a mata voltasse a ocupar partes anteriormente devastadas.

Processo semelhante aconteceu com a Floresta da Tijuca no Rio de Janeiro, que foi reflorestada pela mão humana. Na Tiririca, ao que tudo indica, o reflorestamento teria sido gradual e natural. Darwin viajou ao redor do mundo no navio HMS Beagle, por cinco anos, entre 1831 e 1836. Foi com base no que viu nessas viagens, que Darwin começou a elaborar a teoria da evolução das espécies, divulgada em seu livro *A origem das espécies*.

**“As atrações são
tão numerosas
que mal se podia
dar um passo”.**

*(Charles Darwin. Diário de um
naturalista ao redor do mundo, 1832.)*



VISTA DO MORRO DAS ANDORINHAS: Praia de Itaípu, Duna Grande e Laguna de Itaípu. O canal que liga a laguna à praia foi aberto na década de 1970 e passou a separar as praias de Camboinhas e Itaípu. O Morro das Andorinhas é parte do Parque Estadual da Serra da Tiririca.



Fábio Veiros

MAR VISTO PELO COSTÃO DE ITACOATIARA, Parque Estadual da Serra da Tiririca. Em 1992, o Parque foi declarado reserva mundial da biosfera pela UNESCO.



Acervo do Museu de Arqueologia de Itaipu

CRIANÇAS OBSERVAM OS COSTÕES ROCHOSOS do Parque Estadual da Serra da Tiririca, unidade de conservação localizada entre os municípios de Maricá e Niterói. A praia abaixo é Itacoatiara, vista do Morro das Andorinhas.

O Museu de Arqueologia de Itaipu tem ligações com o Parque Estadual da Serra da Tiririca por duas razões. A primeira se justifica pelo fato de que a Duna Grande é um anexo do parque. Ademais, funcionando sob os parâmetros da Nova Museologia, que lançou o conceito de Museu Integral – que defende a existência de um museu integrado à vida cotidiana de sua comunidade, voltado para os problemas sociais, econômicos, políticos e ecológicos do ambiente em que está inserido –, o Museu de Arqueologia de Itaipu promove ações educativas conjuntas com o parque.

É uma vizinhança simbiótica que só favorece a comunidade local. Tenta-se, dessa forma, trabalhar a consciência histórico-arqueológica, identitária e ecológica daqueles que o rodeiam. Essa é a razão da proposta de mudança de nome do museu para Museu SocioAmbiental de Itaipu. Isso porque o museu não tem mais o seu foco unicamente voltado para a arqueologia; mas também para questões identitárias e ambientais da região.



Acesso

PLANTA-BAIXA DO MUSEU DE ARQUEOLOGIA DE ITAIPU,
antiga capela do Recolhimento de Santa Teresa.



ENTRADA DO MUSEU
DE ARQUEOLOGIA DE ITAIPU.

3) O MUSEU

AS RUÍNAS E O MUSEU

O antigo Recolhimento de Santa Teresa, fundado em 1764, é uma construção em alvenaria de pedra, com conchas dos sambaquis, molduras de cantaria, unidas por óleo de baleia. O corpo principal do prédio ainda permanece com todas as suas características. Sua planta é um retângulo, medindo 46,40 metros de comprimento por 26,60 metros de largura. Há predominância das linhas horizontais, devido a pouca altura do pé direito e a grande largura dos vãos, características que criam um aspecto de calma e solidez.

Não existe simetria no conjunto, mas há elementos dispostos simetricamente em relação à entrada principal, que parece ser o centro de uma composição que não chegou a seu fim.

A área conta com sete pátios abertos, dos quais existe a certeza de pelo menos um ter sido coberto por telhado. O prédio foi tombado em 1955 pelo Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN) e em 1968 iniciaram-se as obras de consolidação

e conservação-restauração da capela e das paredes de rocha das muralhas. As aberturas existentes em suas paredes foram vedadas e a desocupação de seu interior foi efetuada.

O trabalho inicial de proteção das ruínas contra a erosão pelos ventos e ações predatórias foi iniciado em 1968 e consolidado em 1974. Em 1995 o museu passou por uma obra de consolidação das ruínas. Entre os anos 1980 e 2000, o museu passou por períodos intermitentes de funcionamento. E em 2009, já sob a administração do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram), a capela passou por uma reforma que visou à readequação do espaço para abrigar uma nova exposição de longa duração.

A fim de adaptar as ruínas do antigo Recolhimento de Santa Teresa para receber as atividades do museu, foram realizadas as seguintes intervenções: construção das salas da administração, consolidação e obturação das falhas generalizadas nos pared es externos e constru o de banheiros para atender ao público.

Tudo isso foi previsto e realizado de modo a preservar a ambiência t pica dessa ruína histórica, com permanência de vegeta o nativa brotada sobre as muralhas e fazendo-se o plantio de relva nos ch os de espaços e recintos a céu aberto.



HISTÓRICO DO MUSEU

Já conhecemos a história do Recolhimento de Santa Teresa no século XVIII, seu período de abandono no século XIX, a tomada de seu espaço pelos pescadores e seus pedidos para a criação de um museu no local.

Após o tombamento do que restou do recolhimento em 1955, as sucessivas correspondências expedidas pela presidência da Colônia de Pescadores demonstravam preocupação com a preservação do monumento e solicitavam ao Governo do Estado e ao então DPHAN que retirassem dali a casa de motor da Companhia Territorial Itaipu, proprietária do terreno, para que o bem viesse a servir de sede à Colônia.

A Companhia Territorial Itaipu, por sua vez, dirigiu-se ao DPHAN, acusando o interventor da Colônia de ocupar indevidamente as ruínas do recolhimento.

Na década de 1960, o arquiteto Edgard Jacintho, chefe do Departamento de Conservação e Restauração do DPHAN, dedicou-se ao projeto de criação de um museu a ser instalado no monumento. Vale lembrar que em 1970 o DPHAN foi transformado em Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

Fundado em 22 de março de 1977, o Museu de Arqueologia de Itaipu teve seu projeto de criação empreendido pelo próprio Edgard Jacintho, com o apoio de Renato Soeiro, diretor do IPHAN à época. O projeto foi pensado de forma a dotar o bem tombado de uma função didático-científica compromissada com a salvaguarda e a difusão do patrimônio cultural de natureza arqueológica, intensificando o turismo na região e alinhando-se às diretrizes do MEC naquele período.

O Museu deveria, ainda, estruturar-se em relação direta e integradora com seu entorno, suas atividades extrapolariam as convencionais exposições intramuros e estenderiam-se aos sítios arqueológicos da região, em particular, o Sítio Duna Grande – localizado a poucos metros do antigo recolhimento religioso – cujo tombamento pelo IPHAN encontra-se em processo desde 1986, afora sua já assegurada proteção pela Lei Federal nº 3.924/61, que dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos.

Inaugurado o museu na década de 1970, um período no qual a região oceânica de Niterói passava por mais modernizações urbanísticas, novas descobertas arqueológicas foram feitas. Durante a abertura da estrada para Camboinhas em 1978, foi localizado o sítio arqueológico da Duna Pequena. Infelizmente, as obras deixaram essa região sambaqueira parcialmente destruída.

Então, em 1979, foi elaborado um projeto de salvamento desse sítio arqueológico, tendo em vista um projeto ainda maior de urbanização da orla litorânea de Itaipu, que seria efetuado pela Companhia de Desenvolvimento Territorial, proprietária da área. Vale lembrar que a praia de Camboinhas é contígua à praia de Itaipu (sendo separadas apenas pelo canal da lagoa de Itaipu, só construído na década de 1970). Antes do naufrágio do navio Camboinhas em 1958, toda essa extensão de praia era chamada de Itaipu. Portanto, o já conhecido sítio Duna Grande não fica muito distante do sítio Duna Pequena, encontrado em 1978.

Mais uma surpresa ainda aguardava os pesquisadores. Durante a pesquisa no sítio da Duna Pequena, foi localizado um novo sítio: o Sambaqui de Camboinhas, último remanescente arqueológico de tipo sambaqui entre a região de Niterói a Saquarema. É desse sítio que provém os blocos testemunhos pertencentes ao museu, cuja técnica de preservação – cimentação ou plastificação do encaixotamento de vestígios arqueológicos, tais como o solo, a estratigrafia, etc. – foi desenvolvida e aplicada pioneiramente pelo Padre Rohr no Sítio do Sambaqui de Camboinhas, visando ao estudo posterior do material em laboratório. Somente um dos seis blocos foi datado, constando sua existência de 6000 a.C. (oito mil anos de idade).

Esses blocos testemunhos do Sambaqui de Camboinhas, hoje sob guarda do Museu de Arqueologia de Itaipu, foram preservados graças à “Pesquisa de Salvamento em Itaipu”, realizada em 1979 sob coordenação da Prof. Dra. Lina Maria Kneip, por meio de um acordo de cooperação técnica entre o IPHAN e o Museu Nacional/UFRJ.

O objetivo de tal cooperação era de auxílio dos profissionais do Museu Nacional na localização, identificação e verificação do estado de conservação dos sítios arqueológicos do estado do Rio de Janeiro. A pesquisa tinha como objetivo a reconstituição do quadro arqueológico e ecológico do litoral de Itaipu; os estudos da adaptação de culturas caçadoras, pescadoras e coletoras litorâneas; e a evolução do meio natural.

A MISSÃO DO MUSEU

Promover a valorização da memória das ocupações humanas pré-cabralinas e posteriores de Niterói através da preservação, da pesquisa e da comunicação de seu acervo, visando ao acesso irrestrito aos patrimônios cultural e natural.

EXPOSIÇÃO DO MUSEU

Quando o Museu de Arqueologia de Itaipu foi criado em 1977, inaugurou-se a exposição de longa duração “Aspectos da pré-história do litoral do Estado do Rio de Janeiro”. Era uma exposição com abordagem arqueológica, que não retratava a memória mais recente daquela comunidade de pescadores que tanto desejou preservar a região e seus monumentos históricos.

Com o passar dos anos, essa exposição de caráter científico e sisuda – afastada da realidade cotidiana daquela comunidade que vivia tanto da pesca quanto da venda de alimentos, água, protetores solares, cangas e biquínis na praia – pairava sobre suas cabeças, alheia às suas demandas e aos seus usos sociais. Em contrapartida, havia uma passividade do público em relação àquele acervo, e o museu começou a ver a comunidade, que outrora pedira por sua criação, afastar-se dele. Os ossos de oito mil anos já não lhes diziam mais nada.

Dessa forma, a nova exposição do museu, “Percurso do Tempo – Revelando Itaipu”, (inaugurada em janeiro de 2010) dá início a um novo discurso museológico e tenta fazer uma aproximação do museu com a comunidade. Ali não há unicamente um edifício a ser visitado, mas sim um território – que é de todos – e compreende as ruínas

do antigo Recolhimento de Santa Teresa, a Duna Grande, a praia e o Parque Estadual da Serra da Tiririca. Ali não há apenas coleções arqueológicas a serem contempladas, mas um patrimônio arqueológico, arquitetônico e ecológico, que é nacional e comunitário.

O museu não deseja apenas um público formado por turistas e visitantes de outros bairros, mas também uma comunidade participativa. O museu não tenta promover apenas uma ação educativa na área arqueológica e histórica, mas também na área do ecodesenvolvimento, de onde é tirado o sustento econômico daquela comunidade. Ou seja, o museu não quer falar apenas do ontem, mas quer tocar também no hoje e no amanhã.

Assim, a exposição “Percurso do Tempo” insere essa comunidade e seus antepassados (não apenas os sambaquieiros) nos percursos do tempo de Itaipu. Os modos de vida e de sustento atual também fazem parte do tempo, e isso reaproxima uma população que estava afastada e desinteressada do museu. Ademais, essa é uma perspectiva de trabalho que tem como foco a multidisciplinaridade das atividades educativas, majoritariamente nas áreas de história, geografia, biologia, química e arqueologia.

“Percurso do Tempo”, portanto, apresenta os vestígios das comunidades sambaqueiras, mas também insere barcos de pesca atuais, redes, a praia de Itaipu e aborda a importância da preservação da biodiversidade do local. Daí a importância da esperada troca do nome de “Arqueologia” para “SocioAmbiental”, termo que, de modo algum, abre mão da arqueologia, já que esta pode ser encontrada na relação pretérita do homem com o ambiente. Assim o museu parece dizer que não se importa apenas com os mortos, mas que os vivos lhe interessam e que ele próprio é vivo e capaz de mudar: não é um estático centro de memória.

Com essa nova exposição, o museu tenta firmar-se como local de troca de experiências entre culturas distintas; seja a troca entre os antigos e os atuais habitantes dessa faixa litorânea de Niterói, ou entre a pluralidade cultural dos modos de fazer e viver dos moradores de Itaipu e a daqueles oriundos de outros cantos.

A ex-diretora do museu, a museóloga Maria De Simone Ferreira, diz que “Percurso do Tempo – Revelando Itaipu” pretende evidenciar a participação da comunidade pesqueira e de pesquisadores na idealização de um museu integrado a essa comunidade, às ruínas do Recolhimento de Santa Teresa e aos sítios arqueológicos Duna Grande, Duna Pequena e Sambaqui de Cambinhas. Integrado, inclusive, a um

Daniel de Oliveira / Acervo do Museu de Arqueologia de Itaipu



NOITE DE INAUGURAÇÃO DA EXPOSIÇÃO “Percurso do Tempo: Revelando Itaipu”.

Sylvana Lobo / IBRAM



“PERCURSOS DO TEMPO: REVELANDO ITAIPU”. Exposição de longa duração, inaugurada em 2010. Aborda a ocupação pré-histórica da região de Itaipu, assim como o antigo Recolhimento de Santa Teresa e a comunidade tradicional de pescadores.

ambiente circunscrito por mar, laguna, montanha e floresta.

A expografia do museu conta com peças das seguintes coleções: a Coleção Hildo de Melo Ribeiro (peças coletadas no sítio arqueológico Duna Grande, pelo arqueólogo amador que dá nome à coleção, e por ele doadas ao IPHAN); a Coleção Blocos-testemunhos do Sambaqui de Camboinhas (material proveniente das pesquisas de salvamento realizadas pela equipe do Museu Nacional em 1979, no sambaqui de Camboinhas, durante o projeto intitulado Pesquisas de Salvamento em Itaipu, Niterói, RJ); a Coleção Remanescentes do Recolhimento de Santa Teresa (composta por fragmentos cerâmicos, líticos e vítreos encontrados no sítio arqueológico histórico em que se encontram as ruínas do antigo Recolhimento de Santa Teresa) e a Coleção Aureliano Mattos de Souza (formada por objetos doados por este pescador tradicional da região).

Além de “Percurso do Tempo”, o museu também abriga a exposição “Arqueologia em Maquetes”. Apesar de ter sido originalmente concebida como uma exposição de natureza itinerante, “Arqueologia em Maquetes” permaneceu exposta na capela do museu desde sua restauração, em 2006, pelo técnico do IPHAN João Carlos de Oliveira Gomes, até o ano de 2010, quando foi inaugurada a nova exposição de longa



duração. Hoje ela está abrigada na sala de exposições de curta duração.

Nove maquetes representam os principais tipos de sítios arqueológicos e as diferentes técnicas de escavação, além de uma décima maquete que reproduz as ruínas do recolhimento. O principal objetivo dessa exposição é a orientação do público em geral na compreensão didático-científica da arqueologia.

4) O ACERVO MUSEOLÓGICO

O acervo museológico da instituição caracteriza-se por sua natureza arqueológica do período da pré-história brasileira – caso da cultura dos sambaquieiros e de outros paleoameríndios, datando alguns destes vestígios de até 6.000 a.C. (oito mil anos atrás) – e do período de intervenção colonial na região, do qual é fruto a construção do Recolhimento de



Ricardo Bhering

MINIATURA DE CANOA. Produção artesanal em madeira de jequitibá, encontrada na Praia de Itaipu em 2003. Coleção Aureliano Mattos de Souza.

Santa Teresa e dos bens móveis a ele associados, alguns deles coletados na segunda obra de consolidação das ruínas do prédio em 1991 (a Coleção Remanescentes do Recolhimento de Santa Teresa).

Além da vertente arqueológica, o acervo compreende, também, objetos relativos à cultura pesqueira mais recente, como uma canoa de jequitibá centenária.

O principal acervo da coleção do museu teve sua formação iniciada em 1968, por Hildo de Mello Ribeiro, fiscal de pesca e morador da região. Preocupado com a exposição de material arqueológico na Duna Grande – artefatos líticos e ósseos, concreções, matéria corante, ocre, restos ósseos humanos e remanescentes de fauna (aves, peixes e mamíferos) –, ocasionada por intempéries, que colocava em risco a preservação destes objetos, tomou a iniciativa de começar a coleção.

Hildo tomou para si a tarefa de guardião desses objetos, sendo reconhecido pelo IPHAN como arqueólogo-amador, ficando encarregado de zelar pela integridade das ruínas e dunas-sambaquis, informar sobre irregularidades e tomar providências junto à polícia, bem como colaborar com o acesso de visitantes e com a realização de filmagens e fotografias no local.

O acervo da Coleção Hildo de Mello Ribeiro permaneceu alocado até 1999 na Superintendência Regional do IPHAN/RJ, quando, então, por determinação das Assessorias de Arqueologia e de Museus foi transferido para o Museu de Arqueologia de Itaipu no intuito de vir a integrar a exposição prevista pelo projeto de revitalização do museu que se iniciaria em 1998.

Peças dessa coleção foram solicitadas para empréstimo em dois momentos; o primeiro, em 1993, para afigurar como parte da exposição “Arqueologia do Brasil” realizada no Convento de Nossa Senhora dos Anjos/Museu de Arte Religiosa e Tradicional, em Cabo Frio; e o segundo, em termo de comodato, em 2005, para a exposição de longa duração do Museu Histórico Nacional “Oreretama”.

Uma peça significativa do acervo do museu, a canoa de jequitibá, foi doada à instituição em 1979, por intermédio da professora Lina Kneip, pelo pescador José Rodrigues Lopes. Em troca, o IPHAN construiu um tanque de alvenaria para o uso da Colônia. Esta canoa havia sido encontrada nas areias de Itaipu e utilizada durante muitos anos pela comunidade de pescadores como uma espécie de cocho no processo de tingimento das redes de pesca, processo esse que servia

Sylvana Lobo / IFRAM



PARTES DE CRÂNIO HUMANO. Recriação livre de sepultamento pré-histórico, elaborada a partir de materiais originais recuperados na região de Itaipu. Coleção Hildo de Mello Ribeiro.

Ricardo Bhering



ARTEFATOS DE ADORNO E RITUALÍSTICA. Coleção Hildo de Mello Ribeiro.

ARTEFATOS LÍTICOS, usados como base e ferramenta ativa no processo de moagem. Coleção Hildo de Mello Ribeiro.



Ricardo Bhering

FRAGMENTOS DE CERÂMICA DO SÉCULO XIX, encontrados nos pátios do antigo Recolhimento de Santa Teresa. Coleção Remanescentes do Recolhimento de Santa Teresa.



Sylvana Lubo / IBERAM

Ricardo Bhering



BERBIGÃO, ou *Anomalocardia brasiliana*, uma das espécies de conchas mais encontradas em sambaquis brasileiros. Coleção Hildo de Mello Ribeiro.

para a proteção e o fortalecimento das redes que, à época, eram feitas de algodão. Segundo Hildo de Mello Ribeiro, essa canoa foi construída no final do século XIX com casca de Jequitibá, árvore de madeira nobre e rara, e muito utilizada na confecção deste tipo de embarcação.

Tal como a canoa, é recorrente a doação de objetos usados na pesca por moradores da Colônia, dentre os mais recentes destacam-se uma rede de pesca corvineira, pesos de pesca, samburás, agulhas e outros instrumentos de pesca. A tipologia do acervo, portanto, é arqueológica, antropológica e etnográfica.



v. Sílvia Lobo / IBRAM

DETALHE DE BLOCO TESTEMUNHO
DO SAMBAQUI DE CAMBOINHAS.

DESCRIÇÃO DOS BLOCOS TESTEMUNHO

Bloco Testemunho do Sambaqui de Camboinhas: bloco testemunho com a presença de cinco fragmentos de rochas de quartzo que comportam modos diferentes de lascamento. Em vários pontos do sítio Duna Pequena e Camboinhas foram encontrados artefatos líticos de quartzo lascado com poucos retoques para o uso, que eram empregados com eficiência na raspagem e no corte.

Bolsão ou lente de conchas, possivelmente proveniente de um bloco maior, com predominância de bivalve *Anomalocardia brasiliiana*, mas também apresentando outros sedimentos marinhos e fragmentos de ossos de peixes.

Conjunto esquelético incompleto de um golfinho do gênero *Sotalia sp.*, ladeado com artefatos de pedra, quartzo e malacofauna. A presença de restos desse mamífero marinho sugere o uso de técnica diferente de captura.

5) SERVIÇOS DO MUSEU

PRÁTICAS EDUCACIONAIS E CULTURAIS

Levando em consideração que os museus têm aprimorado suas atuações no campo educativo, buscando uma ação multidisciplinar e que colabore para a visão do patrimônio cultural como instrumento de transformação social, o Museu de Arqueologia de Itaipu desenvolve suas práticas educacionais a partir desse prisma, abordando em seus projetos os temas que lhe são concernentes. O histórico da ocupação humana na região e os aspectos de cunho ambiental são assuntos elencados para figurar nas ações educativas do museu e são abordados pelos seguintes projetos:

- Caniço & Samburá: projeto que tem como objetivo preparar alunos e professores para a visita ao museu, por meio de empréstimo de material elucidativo sobre os assuntos tratados pelo museu. Dessa forma, estimula-se e aprimora-se o aproveitamento dos alunos no momento da visita ao Museu de Arqueologia de Itaipu. No museu, os alunos conhecerão a história do Recolhimento de Santa Teresa, visitarão a Duna Grande, além de conhecer a comunidade pesqueira e o entorno da região. Finalizando a visita, os alunos podem participar das



APRESENTAÇÃO MUSICAL DE MEMBROS DA ALDEIA TEKOA MBOY-TY, grupo de tradição Guarani Mbya que se instalou próximo ao Museu por cerca de 5 anos antes de se estabelecer em Maricá - RJ.

seguintes oficinas:

- Oficina de escavação: simulação de escavação em dunas artificiais onde estão enterrados alguns objetos semelhantes àqueles encontrados em pesquisas arqueológicas, a fim de destacar a importância do processo de escavação para o ofício do arqueólogo;

- Oficinas de pintura e desenho: durante a visita às ruínas e às exposições, os alunos são orientados a observar atentamente tudo que está sendo mostrado. Logo após, eles são organizados em um dos pátios das ruínas para reproduzir aquilo que mais chamou a atenção, usando papel, tinta, giz de cera etc. (Oficinas destinadas a alunos mais jovens).

- Projeto de Educação Ambiental: o projeto visa abordar a problemática ambiental referente à conservação dos ecossistemas de Itaipu, bem como os recursos naturais lá explorados. Pretende-se estabelecer um estreitamento das relações entre o museu, as instituições de ensino e a comunidade local, uma vez que as oficinas promovem a reflexão sobre a conservação dos recursos naturais, da história e do patrimônio cultural local. Também é objetivo do museu que esse projeto estimule o espírito investigativo dos alunos participantes, apresentando a eles os saberes e os costumes da comunidade local.

Com duração de aproximadamente um ano letivo, e realizan-



Acervo Museu de Arqueologia de Itaipu

APRESENTAÇÃO MUSICAL DE MEMBROS DA ALDEIA TEKOA MBOY-TY, grupo de tradição Guarani Mbya que se instalou próximo ao Museu por cerca de 5 anos antes de se estabelecer em Maricá - RJ



Acervo Museu de Arqueologia de Itaipu

OFICINA DE ESCAVAÇÃO. Os grupos agendados colocam em prática o que aprendem sobre arqueologia durante a visita ao museu.

CURSO DE CAPACITAÇÃO EM ARQUEOLOGIA, oferecido durante a 9ª Semana Nacional de Museus, em maio de 2011.



Acervo Museu de Arqueologia de Itaipu

do um encontro a cada semana, o Projeto de Educação Ambiental é desenvolvido em diferentes etapas que permitem que os alunos entrem em contato com os conhecimentos apresentados de forma gradual. Entre as etapas do projeto, pode-se destacar a caminhada ao Morro das Andorinhas, para uma observação geral dos ecossistemas da região, seguida de atividades de análise dos mesmos in loco, além de coletas de espécimes pesqueiros na laguna, praia e mangue de Itaipu.

O Museu de Arqueologia de Itaipu também possui uma biblioteca que conta com cerca de 450 títulos. Ela é aberta à comunidade, que pode consultar seu acervo na sede do museu.

ATENDIMENTO À PESQUISA

O arquivo do Museu de Arqueologia de Itaipu compreende duas seções: a da área administrativa e a da área técnica. Ele está totalmente organizado em pastas e pode ser consultado por pesquisadores.

Os trabalhos produzidos nas seguintes linhas de pesquisa do museu também podem ser consultados:

- Pesquisa histórica sobre o Recolhimento de Santa Teresa
- Pesquisa etnográfica com as comunidades tradicionais do entorno
- Pesquisa etnográfica com a Colônia de Pescadores Z-7
- Pesquisa de diagnóstico das atividades educativo-culturais

Além disso, o museu mantém um cadastro de pesquisadores, reúne e arquiva seus trabalhos, para a utilização em pesquisas e consultas.

6) VISITAÇÃO DO MUSEU DE ARQUEOLOGIA DE ITAIPU

A visitação ocorre de terça a sexta, das 10 às 17 horas; sábados, domingos e feriados, das 13 às 17 horas. As visitas orientadas ocorrem de segunda a sexta, das 9 às 17 horas.

Endereço: Praça de Itaipu, s/n – Itaipu – Niterói, RJ

CEP: 24.340-005

Telefones: (21) 3701-2994 ou (21) 3701-2966

Página na internet: www.museus.gov.br

E-mail: mai@museus.gov.br

As seguintes **linhas de ônibus** têm seu ponto final próximo ao museu:

770D (Partindo do Castelo, Rio de Janeiro, RJ);

38 (Partindo do Terminal de Niterói, RJ – via Icaraí);

52 (Ônibus que vem de Baldeador);

537 (Partindo do Terminal de Niterói, RJ – via Alameda).

7) VISITE TAMBÉM

O ENTORNO DO MUSEU

Como vimos, por ser um museu comunitário, ancorado na Nova Museologia, seu entorno é o seu território e o seu patrimônio, e pode ser visto por todos. Se o visitante quiser conhecer os percursos em espaços abertos, a natureza será exuberante, pois o museu integra-se a uma paisagem delimitada por ecossistemas marinho e lagunar, além da vegetação remanescente da Mata Atlântica presente no Morro das Andorinhas.

Um dos lugares que vale a pena ser conhecido é o PARQUE ESTADUAL DA SERRA DA TIRIRICA, um polo de ecoturismo e lazer de Niterói e Maricá. Com mais de dois mil hectares, o parque protege áreas de Mata Atlântica, costões rochosos, restinga, mangue e banhados, o que o torna um refúgio para a fauna e uma área de crescente interesse para a pesquisa científica e educação ambiental.

O parque lista inúmeros passeios que podem ser feitos em sua grande área: caminhada pelo Morro das Andorinhas (descrita como de nível moderado por 1 km); subida ao Costão de Itacoatiara; caminhada leve de trinta minutos para visitar a Enseada do Bananal; subida à Pe-

dra do Elefante (Mirante do Alto Mourão); ida ao Mirante de Itaipuaçu; trilha ao Córrego Colibri e o Caminho de Darwin (por uma estrada de 2km cercada de Mata Atlântica). O parque fica na Rua das Rosas, nº 24, Itacoatiara, Niterói, RJ. Telefone: (21) 2609-2903.

A PRAIA DE ITAIPU merece ser visitada e curtida por um dia inteiro: banho de mar, sol na areia, peixes e camarões fritos nos quiosques, Sítio Arqueológico Duna Grande ao fundo e o próprio Museu Socio-Ambiental colado à areia!

Reserve outro dia inteiro para visitar outra praia próxima à Praia de Itaipu: é a PRAIA DE ITACOATIARA, a mais selvagem de Niterói. Nessa praia também não faltam atividades a serem feitas. Além de um mergulho no mar agitado; de surfar nas famosas ondas de Itacoatiara; ou de entrar em um pedaço de praia calminha, sem ondas, chamado de “Prainha” e cheio de crianças; também existem inúmeras trilhas que podem ser percorridas, pois a praia é cercada pelos costões que fazem parte do Parque da Serra da Tiririca.

Uma das trilhas leva ao Costão de Itacoatiara. O início do percurso é uma trilha que em um determinado trecho se divide em três: para a direita leva ao Costão, para frente ao Bananal e seguindo a esquerda leva à Pedra do Elefante. A trilha do Costão é curta, e os visitantes



© Hilton Lebarbenchon

CANAL DA PRAIA DE ITAIPU.



Fábio Veras

VISTA DO COSTÃO DE ITACOATIARA.

seguem caminho pela rocha descampada. É uma subida íngreme, mas até adolescentes e crianças sobem. Ao fim de meia hora de subida, é garantida uma vista fantástica da praia e da vegetação do parque. É possível ver toda a orla da Praia de Itacoatiara.

Para quem quiser visitar outros paredões, existem dois caminhos para a Pedra do Elefante: pela estrada de Itaipuaçu e pela trilha do Costão. Os trilheiros afirmam que o caminho que se inicia pela estrada de Itaipuaçu é mais seguro. Após a trilha na mata, novamente há rocha descampada a ser vencida, até que se chega ao cume da Pedra do Elefante. A visão lá de cima é espetacular. É possível ver as montanhas do Rio (Morro da Urca, Corcovado, Pico da Tijuca, Tijuca-Mirim), o Costão de Itacoatiara, o Morro das Andorinhas, a Região Oceânica e as lagoas de Niterói. Também se vê a grande praia de Itaipuaçu, as lagoas de Maricá, as Ilhas Maricas, além da Serra da Tiririca.

Para quem gosta de passeios mais calmos e sem tantas aventuras, é possível visitar a IGREJA DE SÃO SEBASTIÃO DE ITAIPU, a mesma igreja à qual estava ligada a antiga capela posteriormente transformada em Recolhimento de Santa Teresa. Escravos, índios e jesuítas trabalharam juntos para a construção dessa igreja, que foi iniciada em 1650. As obras só foram concluídas em 1716. Era uma capela jesuítica que servia para catequizar os índios, pescadores e escravos que viviam na região.

LUGARES RELACIONADOS AO MUSEU DE ARQUEOLOGIA DE ITAIPU

Ínúmeros museus, sítios arqueológicos e parques ambientais têm conexão com os temas trabalhados pelo Museu de Arqueologia de Itaipu. Alguns desses lugares ficam próximos, outros muito distantes, mas alguns valem a pena ser citados.

Em Niterói, dois bons lugares podem ser visitados tanto para conhecer a beleza ecológica da região, na qual a Serra da Tiririca está inserida, quanto para conhecer a história colonial da cidade e de sua vizinha Rio de Janeiro.

O primeiro deles é o PARQUE DA CIDADE, mirante localizado no Morro da Viração (uma área de preservação ambiental) a 270 metros de altitude. Nele podem-se avistar as Lagoas de Piratininga e Itaipu; as Praias de Piratininga, Camboinhas e Itaipu; os bairros de Icaraí, São Francisco, Jurujuba, Charitas; a Baía de Guanabara e o mar aberto. Avista-se também a cidade do Rio de Janeiro e a Ponte Rio - Niterói. O parque é muito frequentado pelos praticantes de voo livre que encontram duas rampas para a prática desse esporte. Para quem quiser visitá-lo, o parque fica na Estrada da Viração - São Francisco; tel: (0xx21) 2610-3157. Visitação: todos os dias das 9h às 18h. Horário de fechamento no verão: às 19 horas.



BAÍA DE GUANABARA VISTA DO PARQUE DA CIDADE, mirante localizado no Morro da Viração a 270 metros de altitude, em Niterói.



Sylvana Lobo / IBRAM

PARTE DA EXPOSIÇÃO ORERETAMA, no Museu Histórico Nacional. Essa parede reproduz a Toca do Boqueirão da Pedra Furada, no Parque Nacional da Serra da Capivara, região que abriga vários sítios arqueológicos com as pinturas rupestres mais famosas do Brasil.

O segundo deles é a FORTALEZA SANTA CRUZ. Construída em 1612, toda em pedra e óleo de baleia, essa fortaleza é o símbolo das práticas de defesa do território colonial e das formas desumanas de tratar os prisioneiros que lá estavam. Na fortaleza conseguiu-se ver a estreita entrada da Baía de Guanabara e os belos ângulos do morro Pão de Açúcar. Para mais informações: Estrada General Eurico Gaspar Dutra, s/n – Jurujuba, Niterói.

Funcionamento das 9h às 16h. Menores de 12 e maiores de 64 anos não pagam entrada. Telefones: (0xx21) 2710-7840 ou 2711-0462.

Outro lugar relacionado ao Museu de Arqueologia de Itaipu é o MUSEU HISTÓRICO NACIONAL (MHN). O MHN também é um museu do Ibram e também passou por um processo de revisão e remodelação de sua exposição de longa duração. Anteriormente, o MHN apresentava a história nacional com a chegada dos portugueses no Brasil. Revisita essa interpretação, foi inaugurada a exposição “Oreretama” (palavra em Tupi que quer dizer “Nossa Terra, Nossa Morada”). Oreretama, hoje, é a parte inicial do percurso que narra a história dessa terra que hoje chamamos de Brasil. Como vimos, algumas peças expostas em “Oreretama” fazem parte do acervo do Museu de Itaipu.

As exposições do MHN são apresentadas de forma cronológica, da pré-história brasileira ao atual período republicano. Ao longo do percurso, o museu apresenta seu acervo tradicional, peças contemporâneas e recursos multimídia que auxiliam o visitante na compreensão da história. Para quem quiser conferir tal exposição, o MHN fica na Praça Marechal Âncora - próximo à Praça XV - no Centro do Rio de Janeiro, telefones: (0xx21) 2550-9220 ou 2550-9224.

Outro lugar, esse bem distante de Itaipu, é a FUNDAÇÃO DO HOMEM AMERICANO, em São Raimundo Nonato, no Piauí. A fundação e seu museu (Museu do Homem Americano) ficam no Parque Nacional da Serra da Capivara, que abriga vários sítios arqueológicos com as pinturas rupestres mais famosas do Brasil. Uma delas, localizada na Toca do Boqueirão da Pedra Furada, foi escolhida como logomarca do parque e é adorada pelas crianças, pois se trata de dois animais (semelhantes a capivaras) que parecem ser mãe e filho. Para quem quiser entrar em contato, o telefone é (0xx89) 3582-1612, a Fundação fica no Centro Cultural Sérgio Motta, s/n, Bairro Campestre, São Raimundo Nonato – PI, CEP : 64770-000. O e-mail : contato@fumdam.org.br

8) OBSERVAÇÕES FINAIS

Deixe o mar de Itaipu cobrir seus pés, olhe para o horizonte e pergunte-se: quem esteve aqui antes de mim? Quantos entraram nesse mar? Há quantos anos esse vento beija nosso rosto? Quantos vestígios humanos estariam submersos como meus pés?

Olhe em volta, veja os barcos de pesca e os homens que limpam os peixes e pergunte-se: quantas são as comunidades que lutaram para afirmar sua identidade e se veem representadas dentro de um museu? Quantos museus têm gestão participativa, como o Museu de Arqueologia de Itaipu? Quantos museus têm, desde sua gênese, a participação ativa da comunidade: no tombamento, na formação do acervo e até na mudança de nome? A direção do Museu de Itaipu tomou a iniciativa de convocar a sociedade para discutir a proposta de alteração da denominação do museu em 2010, o que incluiu museólogos, arquitetos, historiadores, comerciantes e pescadores.

Esse novo nome — Museu SocioAmbiental de Itaipu — contemplaria uma relação mais ampla entre homem e ambiente, com ênfase no desenvolvimento da comunidade em que está inserido, consolidando a ampliação das atividades que vêm sendo desenvolvidas pela unidade. Então, vamos divulgar esse museu e convidar a todos para visitá-lo.

9) BIBLIOGRAFIA

ABREU, Martha; SELLES, Sandra Escovedo. “Darwin na Serra da Tiririca: caminhos entrecruzados entre a biologia e a história”. In: *Revista Brasileira de Educação*, 2002. In: http://www.anped.org.br/rbe/rbedigital/RBDE20/RBDE20_03_SANDRA_ESCOVEDO_SELLES_E_MARTHA_ABREU.pdf

BANDEIRA, Arkley Marques. “O povoamento da América visto a partir dos sambaquis do Litoral Equatorial Amazônico do Brasil”. In: *FUMDHAMentos VII, II Simpósio Internacional – “O povoamento das Américas”*, 2006. In: <http://www.fumdham.org.br/fumdhamentos7/artigos/21%20Arkley.pdf>

GASPAR, Maria Dulce; DEBLASIS, Paulo. “Os sambaquis do sul carolinense: retrospectiva e perspectivas de dez anos de pesquisas”. In: *Especiaria - Cadernos de Ciências Humanas 11/12 (20/21)*, 2008/2009. In: <http://naufsc.files.wordpress.com/2010/11/walters6.pdf>

NITEROITV. In: http://www.niteroitv.com.br/guia/niteroi_historia.asp

PARQUE ESTADUAL DA SERRA DA TIRIRICA. In: <http://www.parqueserradatiririca.org/>

RIBEIRO, Diego Lemos. *A Ciência da Informação em ação: um estudo sobre os fluxos de informação no Museu de Arqueologia de Itaipu (MAI)*. Niterói, IBICT/UFF, 2007.

SCHEEL-YBERT, Rita; EGGERS, Sabine; GASPAR, Maria Dulce. “Novas perspectivas na reconstituição do modo de vida dos sambaquieiros: uma abordagem multidisciplinar”. *Revista Arqueologia*, 16; 2003. In: http://www.sabnet.com.br/revista/artigos/RAS_16/1460-1761-1-PB.pdf

SCHEEL-YBERT, Rita; GASPAR, Maria Dulce; AFONSO, Mari-sa Coutinho; GUIMARÃES, Marcia barbosa; YBERT, Jean-Pierre. “Considerações sobre o papel dos sambaquis como indicadores do nível do mar.” In: *Quaternary and Environmental Geosciences*, 2009.

SOUZA, Helena Vieira Leitão de. “Da História para a Memória: a transformação do Recolhimento de Santa Tereza no Museu de Arqueologia de Itaipu”. Rio de Janeiro, XIII Encontro de História Anpuh-Rio, 2008. In: http://www.encontro2008.rj.anpuh.org/resources/content/anais/1212897071_ARQUIVO_DaHistoriaraaMemoria_.pdf



Endereço

Praça de Itaipu, S/Nº

Itaipu

Niterói- RJ

Horários

Terça a sexta: 10h às 17h.

Sábados, domingos e feriados: 13h às 17h

Telefone

(21) 3701-2994

www.museus.gov.br

[ma@museus.gov.br](mailto:ma@ museus.gov.br)

Agência Brasileira de ISBN

ISBN 978-85-63670-21-2



Ministério da
Cultura

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PAÍS RICO E PAÍS SEM POBREZA